

que as representações visuais e a classificação de objectos são determinantes no posicionamento de um país nas hierarquias da civilização» (p. 247). Por outro lado, são uma das poucas marcas visíveis dos impactos que as viagens de D. Pedro tiveram no contexto nacional: terão impulsionado a realização da Exposição Industrial Portuense (1861) e da Exposição Internacional do Porto (1865).

Por fim, são examinados os estabelecimentos visitados pelo príncipe com o objectivo de «reconstituir os valores ideológicos que tais instituições têm em comum, aquilo que partilham em termos de instrumentos de classificação e exibição e em termos das experiências que oferecem aos visitantes» (p. 281). São discutidos binómios como o da autenticidade/representação, original/cópia, normal/patológico, vivo/morto, e temas como as redes taxonómicas, a reconstituição da história e as narrativas de progresso, a representação da cidade.

No seu conjunto, pode questionar-se a opção feita por isolar um episódio tão idiossincrático da história portuguesa — as viagens de um rei com um reinado breve e já muito remetido a um papel quase decorativo, outorgado pelo regime de monarquia constitucional. As consequências deste acontecimento sobre o país, mais especificamente sobre a cultura e o desenvolvimento científico oitocentista, serão quase certamente diminutas, e estes são domínios em que está quase tudo por estudar, pois, se o século XIX portu-

guês tem recebido bastante atenção por parte dos historiadores, estes têm centrado os seus trabalhos sobre aspectos políticos, económicos e demográficos.

Porém, esta obra tem os indubitáveis méritos de cruzar uma pluralidade de vertentes de análise e de contributos teóricos de diferentes disciplinas, de identificar as transversalidades e redes complexas de relações que partem de um facto histórico, de dar igual relevância testemunhal à palavra escrita e à representação visual, para além de proporcionar uma leitura muito agradável.

ANA DELICADO

François Laplantine e Alexis Nouss, Métissages de Arcimboldo à Zombi, Paris, Pauvert, 2001, 644 páginas (com ilustrações).

Da mestiçagem e do hibridismo — uma categorização crítica.

Mestiçagem e hibridismo têm sido expressões recorrentes no dicionário contemporâneo das ciências sociais. A sua equivalência e/ou diferenciação, assim como a supremacia epistemológica possível de uma sobre a outra, têm originado várias controvérsias ao longo dos tempos que, tendo por exemplo o dicionário *Métissages de Arcimboldo à Zombi*,

de François Laplantine e Alexis Nouss, um dos mais completos dedicados ao tema da mestiçagem, parecem ainda não estar encerradas. Veja-se que uma das primeiras significações para híbrido é apresentada por Plínio-o-Velho quando este se refere aos migrantes que chegavam a Roma na sua época¹ e que a esse mesmo processo antigo de cruzamento entre culturas e povos é atribuída por Laplantine e Nouss a denominação de mestiçagem. Já numa obra anterior, denominada *Le métissage*², o Mediterrâneo é visto por estes autores como o primeiro entreposto do mundo mestiço; como crisol cultural que haveria de dar origem à Europa resultante de múltiplas migrações milenares, sob a forma de invasões, de conquistas, confrontos, perseguições, massacres, pilhagens e degredos, mas também de trocas, comparações e de diferentes tipos de transformações. Várias personagens concorreram para esta mistura. Uma delas foi Alexandre-o-Grande, que, segundo Plutarco, «reuniu todos os povos do mundo numa caldeira que devia ser remexida». Nesta helenização do Oriente e nesta orientalização do Ocidente, os diferentes grupos eram incentivados a aprenderem as diferentes línguas

faladas no império. O próprio Alexandre adoptou integralmente elementos de culturas não helénicas, como o direito penal e o cerimonial da corte, falava persa e vestia-se como os persas, além de ter organizado casamentos colectivos de soldados gregos e com mulheres asiáticas, como também aconteceu com ele próprio.

Esta coexistência de expressões, mestiçagem e hibridismo, para tratar o mesmo processo de mistura entre populações, culturas, línguas, coloca desde logo a questão de qual a mais adequada para definir estes fenómenos de cruzamento. No seu dicionário de *Mestiçagens*, onde introduziram como entradas diversas palavras ... *de Arcimboldo à Zombi* que indicam essa mesma diversidade das coisas que se misturam — países, cidades, modos, expressões artísticas, produtos, gastronomia, literatura, etc. —, Laplantine e Nouss parecem não ter qualquer dúvida de que a palavra de ordem onde todas elas cabem é *mestiçagem*. No prefácio desta obra definem mesmo *mestiçagem* pela sua diferenciação em relação a outros termos, como *mistura*, *mixagem*, *sincretismo* e, nomeadamente, *hibridez*, que consideram não somente insuficientes, como inadequados e mesmo opostos ao termo que elegeram. Factor que, inclusive, acabam por sublinhar através da não definição dos termos *híbrido* ou *hibridismo* no dicionário senão através da sua remissão para outros dois vocábulos: *heterogéneo* e *voz*. Na análise destes vocábulos verificamos

¹ V. Néstor García Canclini na sua obra *Culturas Híbridas — Estratégias para Entrar y Salir de la Modernidad*, Buenos Aires, Barcelona, México, Editorial Paidós, 2001.

² F. Leplantine e A. Nouss, *Le métissage*, Paris, Flammarion, 1997, obra traduzida para português como *A Mestiçagem*, Lisboa, Edições Piaget, 2002.

que na definição de *heterogéneo*, assinada por Alexis Nouss, a palavra *híbrido* não é referenciada senão num parêntesis, sendo que o texto, ao invés de retratar uma «heterogeneidade híbrida», remete para uma «heterogeneidade mestiça» que é caracterizada pelo autor como uma «reconstrução permanente». Na definição de *voz* é tratado um tipo especial de híbrido, a *voz híbrida do castrati*, no exemplo de uma estética barroca exposta no filme *Farinelli*. Em qualquer dos casos, a etimologia do termo não é apresentada e não fica bem esclarecida a verdadeira diferença entre mestiçagem e hibridismo, o que se destaca, aliás, na seguinte frase: «Não há ‘mestiçagem’ enquanto campo constituído mas modos infinitos de mestiçagem, rebeldes a toda a tentativa de fixação categorial. Não há ‘mestiçagem’, mas uma sucessão de relações históricas (precárias) ligadas a movimentos rítmicos que não cessam de se transformar. Não há o dogma da mestiçagem, se bem que as nossas análises peçam emprestados, por vezes, por necessidade de aproximação metodológica, os léxicos de mistura ou de hibridez³.» Deste excerto fica, pois, nebuloso se esses léxicos contemplam qualquer dogma ou se, pelo contrário, eles são constantes em qualquer processo de mestiçagem, como nos parece ser o caso.

Um outro autor, Néstor Garcia Canclini, na sua obra *Culturas Híbridas*, considera que as expressões *mestiçagem*, *criolização*, *sincretismo*, apesar de servirem para especificarem formas particulares de hibridação mais ou menos clássicas, são insuficientes para nomearem e explicarem as formas mais modernas da interculturalidade e, nesse sentido, questiona: «Como designar as fusões entre culturas locais e mediáticas, entre estilos de consumo de gerações diferentes, entre músicas locais e transnacionais, que ocorram nas fronteiras e nas grandes cidades (e não só aí)⁴?»

Híbrido aparece a Canclini, e contrariamente ao discurso dos autores do dicionário de mestiçagem, como uma palavra mais dúctil para nomear todo o tipo de misturas, nomeadamente as que se reportam à introdução das tecnologias avançadas e dos processos sociais modernos e pós-modernos, que emergem especialmente, como deixou claro na questão que apresentámos acima, nas «fronteiras» entre países e nas «grandes cidades», contextos que, no seu entender, condicionam os formatos, estilos e contradições específicos da hibridação, factores que, aliás, também Laplantine e Nouss consideram importantes nas suas análises: «a mestiçagem pressupõe a mobilidade, a viagem — e, neste aspecto, o herói mediterrânico mais célebre é Ulisses, construção arquetípica grega, mas também universal de todos os viajantes⁵; «a

⁴ Néstor Garcia Canclini, *ob. cit.*, p. 22.

⁵ V. F. Leplantine e A. Nouss, *A Mestiçagem*, p. 17.

mestiçagem é sobretudo urbana e as grandes cidades mediterrânicas exerceram, cada uma à sua maneira, o papel de mediadoras entre horizontes culturais extremamente diversificados»⁶.

Em que ficamos então? Qual é a grande diferença entre híbridos e mestiços? O que torna *híbrido* uma palavra mais ou menos adequada para descrever os fenómenos que resultam deste intenso apelo à mistura que caracteriza a nossa sociedade contemporânea? Esta controvérsia faz-nos, pois, retomar a análise de Bakhtin sobre a intencionalidade, na medida em que podemos avançar como hipótese que o termo «híbrido» é hoje considerado mais operacional do que o de mestiçagem por autores como Canclini porque, se retira dele especialmente a vertente do hibridismo intencional, que aponta directamente para um processo, uma acção consciente e mesmo artificial de produzir misturas, onde a tecnologia tem ganho uma importância crucial, a mestiçagem manteria a sua aplicabilidade a um nível de hibridismo orgânico, isto é, a um nível embrionário do processo, mas fundamental enquanto base histórica. Não ficando, no entanto, esclarecida a controvérsia, a não ser em termos hipotéticos, enveredamos por recuperar a análise desenvolvida nas ciências da vida sobre esta temática, que não parece ter sido aprofundada por nenhum destes autores das ciências sociais e que nos parece de

extrema pertinência para a clarificação destes termos, que não só animaram diversas discussões teóricas, como mantiveram um interesse de tal modo central durante o percurso de vida de alguns investigadores que houve casos em que os próprios acabaram por rebater as suas teses iniciais sobre o assunto. É o caso de Buffon, que, centrando-se, essencialmente, numa diferenciação pela capacidade de reprodução ou não dos objectos de cruzamento, começou por distinguir os dois tipos, caracterizando os «híbridos» como o resultado do cruzamento de duas espécies distintas, que dariam origem a uma «mula», termo aplicado para descrever os cruzamentos infecundos, enquanto os «mestiços» traduziriam o cruzamento entre duas raças ou variedades, caracterizando-se pela fecundidade. Aqui poderíamos identificar um forte argumento para que o termo «híbrido» ganhasse um carácter limitativo ou insuficiente nas ciências sociais, uma vez que, na análise das dinâmicas sociais, nem todos os objectos, estruturas ou práticas que resultam do cruzamento de coisas de ordem diferente são estéreis, antes pelo contrário, a sua amplificação actual demonstra que todas as esferas do social tendem a desenvolver novas ou renovadas formas de cruzamento. Mas esta divisão argumentativa também não permaneceu nas ciências da vida e o próprio, Buffon refutou esta tese quando, através da continuação dos seus estudos empíricos, constatou, em 1764, que nem todas as «mulas»

⁶ Id., *ibid.*

eram afectadas pela esterilidade. Isadore Geoffroy Saint-Hilaire, em 1860, discutindo exactamente os mesmos termos, desenvolveu uma caracterização em que lhes subtraiu, por um lado, a distinção da capacidade de reprodução e, por outro lado, concomitantemente, clarificou que o termo «mula», a ser aplicado enquanto sinónimo de esterilidade, serviria tanto para caracterizar os seres de origem mista como também todos os seres infecundos, mesmo os que não detêm essa origem.

Estes dois investigadores, apresentados por Jean-Louis Fischer na sua análise sobre o conceito de híbrido⁷ como referenciais desta controvérsia, vêm, pois, clarificar, como refere este autor, que é perdendo a sua significação taxonómica que os termos «mula» e mesmo «mestiço» se podem generalizar e caber no sinónimo de «híbrido». De facto, no início do século XX, o próprio Darwin, ao dedicar na sua obra *Origem das Espécies* (1917) todo um capítulo ao tema da hibrididade, tendo por base a análise da esterilidade, volta a reforçar este mesmo sentido quando refere que, colocando de parte a questão da fecundidade, há uma semelhança geral muito pronunciada entre os híbridos e os mestiços quanto à sua «variabilidade», «propriedade de absorver-se mutuamente por cruzamentos repetidos» e «aptidão em herdar caracteres de origens

diferentes», o que o faz enunciar uma outra questão central sobre a temática do hibridismo que é a possibilidade de as espécies existirem primitivamente sob a forma de variedades, isto é, de existir um processo evolutivo que transforme algumas variedades em géneros.

Tendo por base esta análise, parece claro que, ainda que se substitua o termo originário de híbrido pelos seus sinónimos, não se mantém qualquer diferença essencial, para além da apropriação disciplinar que tem garantido uma maior generalização do termo «mestiçagem» na antropologia cultural, palavra que tem vindo a ser substituída pelo termo «hibridismo» por autores como Robert Young, Néstor Garcia Canclini, Jan Nederveen Pieterse e até pelos artistas «antropologistas experimentais», como se autodenominam os artistas *chicanos* Guilherme Gomes-Peña e Roberto Sifuentes. Para além de que, mesmo que fosse verificado o fenómeno da infertilidade do híbrido na biologia, que também não vingou, como se pode constatar da sua reprodução (e proliferação) na agricultura, a sua aplicação nas ciências sociais não deveria ser invalidada. Como refere Canclini, as ciências sociais têm recorrido frequentemente à importação de conceitos de outras disciplinas sem que com isso sejam invalidadas as condições de uso da ciência de origem. Dá mesmo o exemplo de conceitos como os de *reprodução* e *capital*, adoptados pela sociologia, que, ainda que usados de forma particular, são epistemologica-

⁷ V. Jean-Louis Fischer, in *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*, Paris, PUF, 1999.

mente fecundos na explicação de fenómenos sociais. Nesse princípio, partindo, portanto, da hipótese de que a importância e pertinência de um dicionário da mestiçagem, como o que é apresentado por Laplantine e Nouss, se mantém, na medida em que traduz a equivalência a um dicionário do hibridismo, a palavra *híbrido* ou *hibridismo* deveria ter sido contemplada e discutida nas suas propriedades. Em qualquer caso, e apesar de qualquer diferencial encontrado no processo de geração dos híbridos e dos mestiços (ou até dos monstros), para além da conotação positiva ou negativa que cada qual lhe possa atribuir, todos os seus investigadores concordam sobre a sua proliferação contemporânea.

CLÁUDIA MADEIRA

Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (eds.), **The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonisation**, Bristol, RU, e Portland, EUA, Intellect Books, 2003, 156 páginas.

O presente volume inclui algumas das comunicações apresentadas durante uma conferência sobre a descolonização portuguesa realizada na Escócia em Setembro de 2000, na qual participei também. O encontro procurou reunir especialistas que ti-

vessem estudado o fim do império português, tanto do ponto de vista da metrópole como da perspectiva das colónias, de forma a lançar nova luz sobre a transição de Portugal para a democracia. Como pude observar, esta iniciativa revelou-se uma base muito fértil para um diálogo entre investigadores de diferentes linhas, mas unidos pela vontade de compreenderem melhor um processo de descolonização que foi, ao mesmo tempo, extremamente prolongado e diabolicamente complexo. Há, pois, que saudar a publicação deste volume, que constitui mais um contributo para a emergente literatura sobre a história contemporânea de Portugal.

O livro divide-se em quatro partes, respectivamente intituladas «Portugal, as colónias e a revolução de 1974», «Estudos de caso», «Portugal e os PALOPs» e, por último, «Testemunhos». Esta divisão, cronologicamente coerente e tematicamente clara, funciona como um quadro geral no qual se situa uma oportuna discussão sobre a génese, a natureza e as consequências da descolonização portuguesa. Contudo, são as duas primeiras destas quatro secções que se revelam as mais úteis para os estudiosos do final do império português.

A parte I inclui dois capítulos, o primeiro da autoria de Richard Robinson e o segundo de António Costa Pinto. Estes dois artigos constituem um conjunto equilibrado, já que o primeiro incide no impacto das questões ultramarinas sobre a transição para a democracia que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 e o segundo